

TIJOLO POR TIJOLO

CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DO ENTORNO DOMICILIAR DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS E SUAS POSSÍVEIS CORRELAÇÕES COM A MIGRAÇÃO INTRAMETROPOLITANA

1º AUTOR

CUNHA, Tiago Augusto da Cunha; Doutorando em Demografia; Programa de Pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Universidade Estadual de Campinas; Campinas; Brasil. tiagoaugustodacunha@gmail.com

RESUMO

O presente estudo toma como lastro a construção e utilização de indicadores sintéticos, para fins comparativos e analíticos, entre as municipalidades integrantes da Região Metropolitana de Campinas (RMC) que versam sobre diferentes dimensões da infraestrutura do entorno dos seus domicílios urbanos. Diversos estudos sobre a questão migratória, especialmente a intrametropolitana, apontam para, essencialmente, dois grandes condicionantes do ato de migrar, são eles: a) o mercado de trabalho e b) o mercado de terras e habitacional. É sobre este segundo motivo que o presente estudo debruçar-se-á com maior atenção. Um dos primeiros pressupostos é que melhorias ou sua antítese, estagnação e/ou piora, tanto no acesso a terra/habitação como na qualidade intrínseca (proximidade em relação a equipamentos públicos relevantes, abastecimento de água, coleta de lixo e esgoto, energia elétrica, etc.) desses elementos, podem estar correlacionadas com o direcionamento de fluxos populacionais de determinadas localidades para também determinados municípios e não outros. Por certo, as oportunidades de serviços e infraestrutura se enquadram na equação mais geral de incentivos e constrangimentos que “direcionam”, mesmo que indiretamente, os fluxos populacionais, haja vista que eles repercutem sobre o preço da terra e da moradia. Dessa forma, interessa observar quais são as possíveis frentes de expansão urbana da Região Metropolitana de Campinas e a composição de seus fluxos populacionais. Para tanto, foram utilizados os dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, bem como do projeto temático “Vulnerabilidade das Metrôpoles Paulistas”.

Palavras-chave: infraestrutura; migração; intrametropolitana.

ABSTRACT

This study takes, as a background, the construction and use of synthetic indicators of different dimensions of the built and infrastructure environment for comparative and analytic purposes, characterizing, as a case of study, these two dimensions of Campinas Metropolitan Area (CMA) municipalities members. Several studies about the migration issue, especially those about the intra-metropolitan flows, indicate two major reasons for the act of migrating, they are: a) the labor market and b) the land and housing market. It's over this second reason that this study will look more carefully. One of the first assumptions is that improvements in access to land / housing, as well as the increase of the intrinsic quality of the infrastructure of the metropolitan land (proximity to the relevant public facilities and equipments, water supply, garbage collection and sewage, electricity, etc.), can be correlated with the direction of population flows to certain locations. In fact, the assumption adopted here is that services and infrastructure opportunities "direct", even indirectly, population flows from certain municipalities to another ones, given that they [these opportunities] have repercussions on the land and housing prices. In this sense, one of the principal objectives of the present paper is better understand the vector of urban expansion of the region. Thus, were used the Census data of 1991 and 2000, and also de data from a major thematic research called "Vulnerabilidade das Metrôpoles Paulistas".

Keywords: infraestructure; migration; intra-metropolitan

RESUMEN

El presente artículo toma la construcción y utilización de indicadores sintéticos de las viviendas, bien como de su entorno inmediato, como herramientas para el análisis comparativo entre los municipios integrantes de la Región Metropolitana de Campinas (RMC) a lo largo del período intercensal comprendido entre los años de 1991 y 2000. Disímiles estudios sobre el tema migratorio, especialmente la migración intra-metropolitana, sugieren, básicamente, dos razones principales para el acto de migrar, que son: a) el mercado de trabajo y b) el suelo urbano y el mercado de viviendas. El presente estudio examinará especialmente esta segunda razón. Una de las primeras suposiciones es que las consecutivas mejoras en el acceso a la tierra y a las viviendas, así como el aumento de su calidad intrínseca (proximidad a importantes servicios públicos, suministro de agua, recolección de basura y alcantarillado, electricidad, etc.) pueden estar pautadas por el direccionamiento de los flujos migratorios para determinadas localidades y no otras. En verdad, el precepto inicial adoptado, al menos en este caso, es que las oportunidades de servicios y infraestructura "direccionan", aunque indirectamente, los flujos migratorios de algunas áreas específicas (y no otras) para otras áreas (y no otras), una vez que esos elementos repercuten directamente sobre los precios del suelo/tierra urbana y, por consiguiente, de las viviendas. Los datos de los Censos Demográficos brasileños de 1991 y 2000 y los datos de la encuesta intitulada "Vulnerabilidade das Metrôpoles Paulistas" fueron esenciales para la elaboración del presente artículo.

Palabras clave: infraestructura; migración; intra-metropolitana

TIJOLO POR TIJOLO

CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DO ENTORNO DOMICILIAR DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS E SUAS POSSÍVEIS CORRELAÇÕES COM A MIGRAÇÃO INTRAMETROPOLITANA

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre os reais motivos da migração intrametropolitana. A literatura sobre o assunto é vasta (CUNHA, 1994; RIGOTTI; RODRIGUES, 1994; JAKOB, 2003) e mais ou menos consensual ao apontar dois principais: a) o mercado de trabalho por meio de suas oportunidades de emprego; e b) o mercado fundiário habitacional e suas oportunidades de aquisição de terras e moradias. O escopo do presente estudo dar-se-á sobre este último.

O arcabouço teórico utilizado, todavia, a fim de retratar e discutir os processos e motivos que estão por trás da migração intrametropolitana, diferem imensamente entre si.

Para além da constatação de regiões cada vez mais interligadas/conectadas por meio de um sistema viário cada vez mais eficiente ou a implantação de tal ou qual equipamento (parque industrial, por exemplo) em determinada localidade, ou ainda, a construção de condomínios de alto padrão de um lado e vilas populares, ocupações e assentamentos irregulares de outro; parte-se aqui de uma “embocadura”/perspectiva um pouco distinta, a histórico-estrutural como apontada por Gottdiener (1997), onde o poder público é um agente central e catalisador das dinâmicas inerentes ao urbano, fosse por meio de uma política de forte atuação (planos diretores e ordenadores do solo urbano,

por exemplo), fosse pelo seu oposto, ou seja, pela omissão pura e simples. Nesse sentido, os motivos não residem necessariamente nos elementos (descritos acima - não queremos invalidar, contudo, sua relevância), mas sim nos processos que de certo modo os viabilizaram.

A mão pesada dos governos, atrelada a interesses que escapam de sua esfera de atuação imediata (privados ou não, vide os casos de construção de unidades prisionais em diversas cidades do Estado de São Paulo), repercute, mesmo que indiretamente, no preço de dois elementos: a) inicialmente, da terra; e b) por conseguinte, da moradia. Talvez dois dos principais motivos ou “o” principal motivo (já que são indissociáveis) da migração, especialmente tendo em vista recortes territoriais mais circunscritos e cuja malha viária é mais intensamente conectada, fato que viabilizaria a moradia em uma determinada localidade e o trabalho em outra, como é o caso das regiões metropolitanas.

Dessa forma, as condições de acesso a infraestrutura (água, esgoto, energia etc.) e disponibilidade de serviços (coleta de lixo, por exemplo) influenciam e são influenciadas, à sua maneira, por esses valores, condicionando por meio deles quem vai para onde.

Como forma de melhor compreender as possíveis associações entre processos de valorização (ou sua antítese) do solo urbano - por meio da infraestrutura aí disponível - e migrações intrametropolitanas, é aqui elaborado uma espécie de indicador sintético com o intuito de retratar o ambiente urbano da Região Metropolitana de Campinas e, talvez especialmente, quem aí vive.

Além dessas primeiras ideias e pressupostos explicitados nesta pequena introdução, se faz necessário contextualizar a situação do mercado formal e informal de terras na RMC (Região Metropolitana de Campinas) (item 1), bem como discorrer sobre aspectos mais gerais dos seus domicílios, já definindo para tanto alguns recortes metodológicos (item 2, do presente artigo).

É no item 3 que o índice, no caso, o intitulado Índice de Infraestrutura do Entorno Domiciliar (i IED), será construído, visando captar diferenças estruturais do mercado fundiário/de terras e habitacional/moradias entre os municípios da RMC, fato que pode dar os primeiros indícios dos motivos macro estruturais que estariam de fato fomentando os fluxos migratórios, principalmente os intrametropolitanos.

Já no item 4, essa possível correlação entre disponibilidade e acesso a infraestrutura e serviços e fluxos migratórios é minimamente abordada.

Por fim, o presente estudo é ainda composto por uma pequena conclusão que ao menos se esforça por alinhar as “pistas” dadas nas seções precedentes.

1. MERCADO “FORMAL” VERSUS INFORMAL DE HABITAÇÃO

Uma primeira tentativa de caracterização da condição habitacional da Região Metropolitana de Campinas passa pela problemática, no caso, chave, entre mercado formal e informal de habitação/moradia. Trata-se de um primeiro esforço em discorrer sobre o assunto ainda a partir de uma visão geral do processo de mercantilização do solo urbano, especificamente o metropolitano, visto que talvez seja ele aquele que mais corriqueiramente “vivencia” esse constante assédio.

É importante frisar que essa etapa é imprescindível para a construção do índice, como mais a frente será mais bem abordado. O montante de domicílios apreendidos a partir das variáveis utilizadas diz respeito a essa primeira etapa. Em outras palavras, trata-se de um trabalho inicial - mas não menos importante - de “limpeza” (seleção e filtragem) do banco de dados; nesse caso, dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e da Pesquisa “Vulnerabilidade das Metrôpoles Paulistas”.

Tal distinção é deveras relevante, uma vez que o direito legal de posse do terreno e/ou do domicílio abre inúmeras oportunidades (ou restrições) aos seus proprietários -

poderíamos pensar em algumas delas: oportunidade de financiamentos diversos e crediários, acesso a infraestrutura básica (abastecimento de água e coleta de esgoto e resíduos sólidos, essencialmente) etc.

Cabe, no entanto, ressaltar que, ao menos nesta seção, os dados utilizados se reportam unicamente àqueles da pesquisa realizada em 2007 pelo projeto temático intitulado “Vulnerabilidade das Metrôpoles Paulistas” tomada a cabo pelo Núcleo de Estudos de População (Nepo) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Particularmente foram aqui utilizados os dados do Módulo 1 do questionário de pesquisa, “Características do Domicílio, do Entorno e Percepção Ambiental”.

A **Tabela 1** tenta captar a situação de regularização em que se encontram os loteamentos (a - regularizado, b - não regularizado e c - em processo de regularização) tendo em vista o todo, ou seja, a RMC.

Tabela 1 - Situação de regularização do bairro/loteamento - População Urbana, Região Metropolitana de Campinas, 2007

Qual a situação de regularização do bairro/loteamento onde mora?			
Condição	N*	Exp.*	%
Não sabe	107	28126	1.8
Regularizado	3482	1375115	87.9
Não regularizado	402	59138	3.8
Em processo de regularização	413	89310	5.7
Não respondeu	35	12781	0.8
Total	4.439	1.564.471	100.0
Missing	1.463	570.055	24.8

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (Fapesp/CNPq). Nepo/Unicamp, 2007.

(*) Valores Não Expandidos.

(*) Valores Expandidos.

De modo geral, a grande maioria dos loteamentos da região é devidamente regularizada (aproximadamente 88%). No entanto, não é pouco expressivo o peso na composição geral dos loteamentos irregulares ou em vias de serem regularizados (processo esse por vezes muito demorado), uma vez que eles correspondem a aproximadamente 10% do mercado fundiário metropolitano, cifra essa notável. Quando nos atemos aos valores absolutos, temos a real dimensão da questão [e do passivo gerado ao longo das últimas décadas]. Dessa forma, aproximadamente 150 mil indivíduos (148.228, para ser mais preciso) residem em algum loteamento sob a pecha da “irregularidade”.

Ou seja, por certo no mínimo 10% de todos os loteamentos da RMC apresentam algum tipo de deficiência de infraestrutura (Error! Reference source not found. e FIGURA 2), posto que a simples diferenciação da condição de legal ou ilegal propicia distintos acessos e formas de diálogo com o poder público (em seus diversos graus hierárquicos - federal, estadual e municipal) e prestadoras de serviço (públicas ou não).



Figura 1 - Vista de uma rua retratando seu entorno imediato e infraestrutura. Vetor Norte. Região Metropolitana de Campinas, 2012. Fonte: arquivos pessoais.

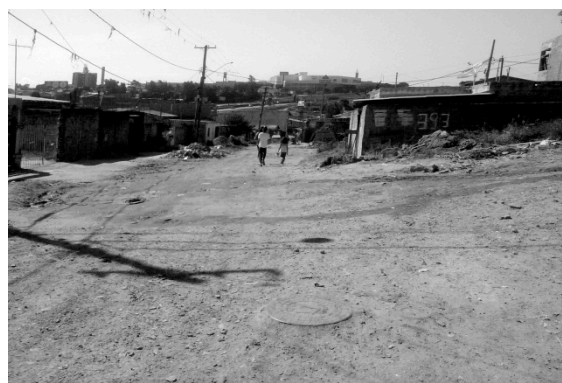


Figura 2 - Vista de uma rua retratando seu entorno imediato e infraestrutura. Vetor Oeste. Região Metropolitana de Campinas, 2012. Fonte: arquivos pessoais.

Mesmo os dados dando conta de delinear um panorama geral da situação fundiária da região, todavia, muito provavelmente há diferenças internas significativas entre seus municípios integrantes, visto que suas realidades, incluindo as habitacionais, em muito diferem entre si. Ou seja, mesmo compondo um uno administrativo, suas características econômicas, sociais, históricas etc.. são deveras distintas (TABELA 2).

Tabela 2 - Situação de regularização do bairro/ loteamento segundo municípios - População urbana, Região Metropolitana de Campinas, 2007

Municípios	Qual a situação de regularização do bairro/loteamento onde mora?						
	Não sabe	Regularizado	Não regularizado	Em processo de regularização	Não respondeu	Total	
Americana	1.6%	98.4%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
Artur Nogueira	.0%	86.1%	.0%	13.9%	.0%	100.0%	
Campinas	2.5%	81.3%	5.8%	9.0%	1.3%	100.0%	
Cosmópolis	.0%	100.0%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
Hortolândia	.2%	76.2%	13.8%	7.1%	2.7%	100.0%	
Indaiatuba	.0%	100.0%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
Itatiba	5.2%	94.8%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
Monte Mor	14.3%	85.7%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
Nova Odessa	.0%	100.0%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
Paulínia	.0%	100.0%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
Pedreira	.0%	93.1%	.0%	6.9%	.0%	100.0%	
Santa Bárbara d'Oeste	1.0%	83.3%	2.6%	13.1%	.0%	100.0%	
Sumaré	.9%	96.3%	.6%	1.8%	.5%	100.0%	
Valinhos	.0%	100.0%	.0%	.0%	.0%	100.0%	
	Exp.	28127	1375115	59137	89311	12782	1564472
Total	N.	107	3482	402	413	35	4439
	%	1.8%	87.9%	3.8%	5.7%	.8%	100.0%

Fonte: Pesquisa Domiciliar do Projeto Vulnerabilidade (Fapesp/CNPq). Nepo/Unicamp, 2007.

(*) Valores Não Expandidos.

Como bem se pode notar os municípios de Santo Antonio de Posse e Vinhedo não foram aqui representados tendo em vista o caráter amostral da pesquisa. Ou seja, tendo em vista critérios amostrais nenhum indivíduo dessas localidades foi captado/entrevistado segundo essa questão.

A partir dos dados, faz-se interessante notar a situação de ao menos dois municípios; quais sejam: a) Campinas e b) Hortolândia, haja vista que ambos são aqueles que apresentaram as menores porcentagens de loteamentos regularizados da RMC. Ambos apresentam características e vivenciam processos imensamente diferentes, ao mesmo tempo em que estão articulados entre si através de relações (incluindo os populacionais - fluxos migratórios e pendulares “casa-trabalho”, “trabalho-casa”) que lhes são muito próprias.

De um lado, Campinas, sede da região, vista pelo entorno (e além dos seus arrabaldes/periferias) como “A terra de oportunidades”, já que é detentora de um vasto parque industrial, bem como de um forte setor de comércio e serviços. De outro, Hortolândia; município que foi alvo/destino de intensos e inúmeros fluxos migratórios, mas principalmente por aqueles oriundos de sua irmã maior, Campinas.

Os dados dão indícios, ajudando a corroborar visões mais do que discutidas e acordadas, sobre processos espúrios de segregação e formação de periferias metropolitanas e assentamentos irregulares (BONDUKI; ROLNIK, 1982; MARICATO, 2000).

Já a partir desses dados, é possível vislumbrar que o IED de Campinas e Hortolândia será severamente afetado (negativamente) pelos seus passivos fundiários e habitacionais acumulados ao longo de décadas.

Pode-se supor que haja, ao menos no caso de Campinas, um processo de concentração de loteamentos irregulares na sede fazendo frente a um mercado fundiário extremamente especulativo. Em outras palavras, a ocupação torna-se uma possível solução de inserção especialmente em localidades próximas ao trabalho. É dizer, a ocupação como um instrumento de enfrentamento.

Mas há também um outro lado, onde a ingerência do poder público com: uma fiscalização deficitária, planos e processos de planejamentos omissos (e pouco participativos - permitindo a existência de grandes áreas/terrenos inutilizados entre malhas urbanas consolidadas), ou ainda, funcionando como instrumento catalisador de

uma lógica de particulares (loteamentos clandestinos) etc.. é conivente, ou pior, permite abertamente a construção bairros da incerteza como são parte dos loteamentos irregulares. Parece que é esse o caso de grandes setores de Hortolândia (isso não quer dizer, contudo, que essa ingerência também não ocorra em Campinas).

Mas há também outro possível vetor a ser considerado, o vetor norte, composto pelo município de Artur Nogueira, cuja proporção de loteamentos regularizados ultrapassa por pouco os 86%. Há que ter cuidado ao afirmar que esse é um outro eixo de redistribuição populacional nos mesmos moldes do Vetor 1 de Caiado e Pires (2006), afinal são necessários outros dados a fim de se verificar se de fato essa é uma verdade, contudo os dados sugerem que a cordilheira da pobreza pode estar se prolongando em direção ao norte.

Se a irregularidade do acesso à terra pode ser tomada como um forte indício de graves deficiências nas infraestruturas dos loteamentos, parece que esse também é um vetor de crescimento urbano e demográfico/migratório onde o IED também será fortemente afetado. Pode-se depreender daí que mesmo sendo frentes de expansão urbana com grandes potencialidades de assentamentos decentes, uma vez que é um novo vetor de expansão, tal crescimento não está se dando com qualidade.

Parece, portanto, que a caracterização do solo urbano em regular e irregular já sugere indícios da forma como essas áreas estão sendo apropriadas e por quem estão sendo apropriadas, conformando antigos vetores de expansão, mas mais interessantemente, criando novos. Contudo, só um elemento foi aqui levado em consideração: a regularidade do acesso a terra. Será que a incorporação de um outro elemento - a própria habitação - pode corroborar esses primeiros indícios?

2. ACERCA DOS DOMICÍLIOS DA RMC

Os dados aqui utilizados são provenientes dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, uma vez que eles podem descrever, de forma mais factual, haja vista que todos os domicílios foram em tese entrevistados, um panorama das condições domiciliares da RMC. Todavia, vale ressaltar que tais fontes trabalham essencialmente com a unidade e conceito de domicílio e não necessariamente com a informação sobre a situação fundiária do loteamento em si como a pesquisa “Vulnerabilidade das Metrôpoles Paulistas”. Dessa forma, algumas aproximações e pressupostos são aqui tomados.

Para efeito da construção dos indicadores domiciliares os domicílios improvisados e coletivos foram excluídos do cálculo, uma vez que somados ambos representam pouco mais de 2% do total de unidades domiciliares da RMC em 1991.

O enfoque, nesse sentido, se dará essencialmente sobre os domicílios particulares permanentes, posto que além de serem imensamente mais representativos em termos numéricos, o são também ante as condições [ambientais e domiciliares] que aqui estamos tentando minimamente apreender.

Em suma, ao descrevermos os domicílios particulares permanentes estamos apreendendo a quase totalidade da realidade da região. Ademais, mesmo sendo pouco representativos, caso os domicílios coletivos e improvisados não fossem excluídos da seleção aqui proposta haveria um número significativo de “missing” em outros quesitos que retratam a realidade do entorno imediato dos domicílios, visto que tais questões não se aplicam a eles; tal fato poderia gerar distorções/vieses nos indicadores a serem, mais à frente, construídos. A partir deste critério foram selecionados, para o Censo 1991, 472.701¹ particulares permanentes.

¹ 47.745 domicílios particulares permanentes em valores não expandidos.

As definições acerca do domicílio em 2000 pouco se alteram em relação ao Censo de 1991. Assim, da mesma forma como ocorrido em 1991, as categorias improvisado e coletivo são pouco expressivas em 2000, nesse caso sequer correspondendo a 2% do total de domicílios. Assim, para esse Censo, o montante de domicílios a ser aqui estudado é de 659.009 unidades². Trata-se de um valor considerável, haja vista que, em aproximadamente dez anos, 186.308 novas unidades foram criadas, ou seja, um incremento de 39,4%.

Mais uma seleção será aqui proposta, unicamente os domicílios urbanos, para ambos os períodos, serão aqui levados em consideração. Isso se deve, inicialmente, ao fato de ser nesse ambiente [urbano] que grande parte dos processos (e mecanismos que os fomentam) que almejamos minimamente nos debruçar de fato ocorrem com mais força, se assim podemos dizer.

Dessa forma, para o Censo 1991, 451.919 é o total de domicílios a serem analisados. Já em 2000, esse valor é de 641.510 domicílios (incremento de aproximadamente 42%).

A cifra é impressionante. Tendo em vista tal crescimento, bem como o objetivo do artigo - ou seja, retratar uma determinada realidade a partir de um índice -, uma primeira pergunta seria: tal crescimento se deu com qualidade?

Ademais, onde se deram os principais “saltos” de oportunidade de moradia dentro da RMC? Mapear tais “hotspots” pode indicar para possíveis áreas de expansão do mercado fundiário/habitacional (TABELA 3).

² 66.137 domicílios particulares permanentes em valores não expandidos. Já excluídos desse conjunto os domicílios improvisados e coletivos.

Tabela 3 - Variação do total de domicílios urbanos permanentes segundo municípios - Valores absolutos e relativos - Domicílios urbanos permanentes, Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000

Municípios	Total de Domicílios Urbanos Permanentes por Município		Variação de Novos Domicílios Construídos 1991-2000 (Valores Relativos - %)	
	Ano			
	1991 (Valores Absolutos)	2000 (Valores Absolutos)		
Americana	39896	52364	31.3%	
Artur Nogueira	3405	8272	142.9%	
Campinas	218028	279076	28.0%	
Cosmópolis	8246	11886	44.1%	
Engenheiro Coelho	♦	1828	-	
Holambra	♦	1082	-	
Hortolândia	♦	40370	-	
Indaiatuba	22884	39792	73.9%	
Itatiba	13350	18182	36.2%	
Jaguariúna	4634	6994	50.9%	
Monte Mor	5439	9043	66.3%	
Nova Odessa	7892	11520	46.0%	
Paulínia	7981	13628	70.8%	
Pedreira	6773	9381	38.5%	
Santa Bárbara D´ Oeste	34238	46318	35.3%	
Santo Antonio de Posse	2857	4057	42.0%	
Sumaré	52883	52961	0.1%	
Valinhos	15307	22237	45.3%	
Vinhedo	8106	12519	54.4%	
Total	Exp.	451919	641510	42.0%
	N.*	45533	64213	
	%	100	100	

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000. Elaboração própria.

♦ Municípios inexistentes em 1991. Na verdade, todos foram criados em 1993.

(*) Não há “missings”.

Os dados são impressionantes. Praticamente todos os municípios apresentam valores de incremento do número de domicílios urbanos permanentes muito acima do que aquele da região (42%). Exceção feita justamente à tríade dos municípios mais expressivos (em

termos econômicos e populacionais) da região: Campinas, Sumaré e Americana. Cabe ponderar, todavia, que são eles os municípios com os mais expressivos valores absolutos; diferentemente do que ocorre com os municípios cujo incremento foi de fato notável. Ou seja, a periferia cresceu muito mais do que o “núcleo” da região, num claro processo de periferização que ao menos nesse ponto da análise pode ser composto tanto por fluxos populacionais externos a região, quanto por intrametropolitanos - num processo de redistribuição populacional a partir do núcleo em direção a sua periferia.

Situação diametralmente oposta é aquela apresentada por Sumaré, bem como por sua “filha mais nova”, Hortolândia. Partindo de uma análise superficial e até certo ponto descontextualizada, os dados sugerem que a criação de novos domicílios urbanos em Sumaré praticamente estagnou. Não é essa, porém, necessariamente a verdade. Em 1991, a região que viria a se tornar o município de Hortolândia ainda pertencia a Sumaré, já em 2000, os municípios já se encontravam separados. Nesse sentido, Sumaré perdeu grande parte de seus domicílios urbanos permanentes no momento em que Hortolândia foi emancipada.

Dessa forma, para uma análise mais precisa e processual da situação domiciliar de ambos os municípios, eles merecem ser reagrupados. Nesse sentido, não nos reportaremos aqui tão somente ao município de Sumaré ou isoladamente ao de Hortolândia, mas sim a região/área Sumaré-Hortolândia.

A partir desse artifício a região Sumaré-Hortolândia é a única dentre os municípios aqui ditos mais expressivos (que ainda incluem Campinas e Americana), ao menos em termos populacionais e econômicos, que possui um notável incremento (variação de 76,49%) dos domicílios urbanos permanentes. Um inequívoco vetor de expansão urbana e redistribuição populacional, na verdade, o mais importante vetor se considerarmos seus valores absolutos.

A região composta por Artur Nogueira e Engenheiro Coelho não fica atrás. Se os domicílios urbanos permanentes de ambos os municípios em 2000 forem computados como um único valor, sua variação no decênio foi de espantosos 196,62%.

A **Figura 3** ilustra a mesma variação de domicílios urbanos permanentes segundo municípios integrantes da RMC ao longo da década em questão. É possível depreender que são na atualidade os municípios limítrofes à sede os que mais incrementaram seu estoque habitacional. Deduz-se daí que são eles, no presente, os que mais intensamente estão crescendo em termos populacionais, logo, os que mais estão sofrendo assédios especulativos. É provável, portanto, que esteja em curso um processo de redistribuição populacional pautado por movimentos migratórios mais localizados, tais como o intrametropolitana, e condicionados por processos de valorização do solo urbano.

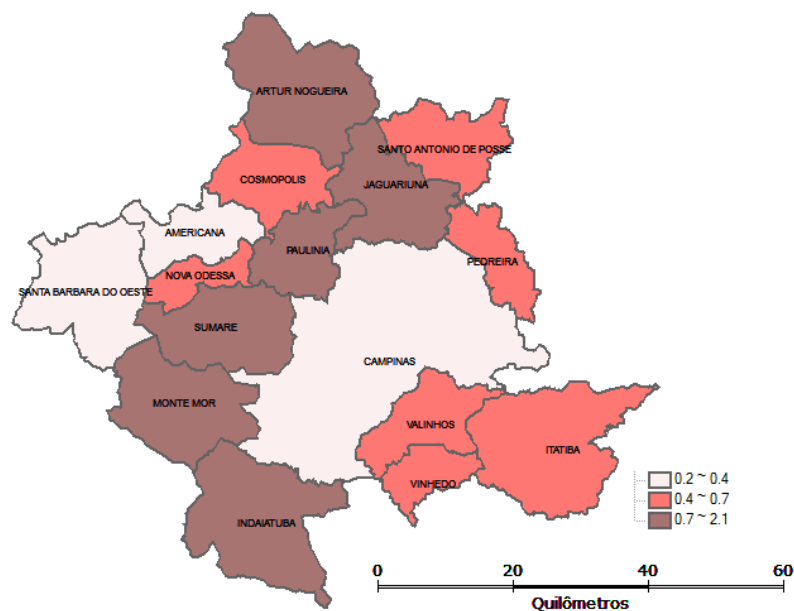


Figura 3 - Variação do estoque de domicílios urbanos permanentes segundo municípios - Total de domicílios urbanos permanentes, Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000. Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000. Elaboração própria.

Por fim, a partir das variações relativas e absolutas dos domicílios urbanos permanentes, é interessante notar que elas foram mais intensas justamente naqueles municípios ou vetores cujas proporções de loteamentos irregulares ou em vias de

regularização são mais expressivas, ou seja, Sumaré-Hortolândia-Monte Mor e vetor Norte, culminando em Artur Nogueira-Engenheiro Coelho.

Até mesmo como gancho para o que mais à frente será melhor abordado, tão importante quanto elucidar os aspectos quantitativos ilustrados por meio do volume de moradias criadas nos municípios da RMC (e seus demais atributos - situação, localização, etc..) ao longo do período em questão, se faz também necessário discorrer sobre a qualidade dos domicílios. Ou seja, não basta que a atenção se volte unicamente para o montante de moradias criadas, mas é essencial que elas sejam dignas para aqueles que as virão a ocupar.

3. CONSTRUÇÃO DE UM INDICADOR DO ENTORNO DOMICILIAR

O índice aqui proposto e utilizado é de fato simples ao tentar captar diferentes dimensões do entorno dos domicílios urbanos permanentes, tais como: rede de abastecimento de água e energia elétrica e rede de coleta de esgoto e lixo, essencialmente. Dessa forma:

$$i IED = \frac{1}{4} [RGA(\%) + RE (\%) + CL + REI (\%)]$$

A Tabela 4 ilustra os níveis de abastecimento e coleta destas distintas esferas para todos os municípios integrantes da RMC para os anos de 1991 e 2000.

Tabela 4 - Índice de infraestrutura do entorno domiciliar segundo municípios - Domicílios urbanos permanentes, Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000

Municípios	Índice de Infraestrutura do Entorno Domiciliar									
	1991					2000				
	RGA (%)	RE (%)	DE (%)	REI (%)	<i>i IED</i>	RGA (%)	RE (%)	DE (%)	REI (%)	<i>i IED</i>
Americana	0.9660	0.9324	0.9707	0.9912	0.9651	0.9789	0.9403	0.9963	0.9996	0.9788
Artur Nogueira	0.9953	0.9645	0.9959	1.0000	0.9889	0.9790	0.9780	0.9924	0.9975	0.9867
Campinas	0.9513	0.8533	0.9699	0.9949	0.9423	0.9733	0.8680	0.9890	0.9991	0.9573
Cosmópolis	0.9388	0.7122	0.9580	0.9945	0.9009	0.9870	0.9207	0.9950	0.9976	0.9751
Engenheiro Coelho*	-	-	-	-	-	0.9639	0.9687	0.9869	0.9962	0.9789
Holambra*	-	-	-	-	-	0.8780	0.8318	0.9806	1.0000	0.9226
Hortolândia*	-	-	-	-	-	0.9727	0.0436	0.9948	0.9998	0.7527
Indaiatuba	0.9851	0.8957	0.9865	0.9993	0.9667	0.9419	0.9194	0.9876	1.0000	0.9622
Itatiba	0.9320	0.8942	0.9545	0.9984	0.9448	0.9911	0.9640	0.9976	1.0000	0.9882
Jaguariúna	0.9851	0.9198	0.9726	1.0000	0.9694	0.9794	0.9578	0.9939	1.0000	0.9828
Monte Mor	0.8768	0.4258	0.8651	0.9770	0.7862	0.9679	0.4512	0.9863	0.9978	0.8508
Nova Odessa	0.9743	0.9624	0.9811	1.0000	0.9794	0.9817	0.9786	0.9990	1.0000	0.9898
Paulínia	0.9414	0.8351	0.9545	0.9956	0.9316	0.9660	0.8571	0.9836	1.0000	0.9517
Pedreira	0.9579	0.9188	0.9489	1.0000	0.9564	0.9849	0.9635	0.9945	1.0000	0.9857
Santa Bárbara d'Oeste	0.9803	0.9742	0.9776	0.9964	0.9821	0.9936	0.9779	0.9925	0.9983	0.9906
Santo Antônio de Posse	0.9328	0.0290	0.9279	0.9993	0.7223	0.9778	0.1903	0.9808	0.9936	0.7856
Sumaré	0.9043	0.3137	0.9519	0.9932	0.7908	0.9759	0.7871	0.9867	0.9975	0.9368
Valinhos	0.8769	0.8422	0.9119	0.9976	0.9072	0.8963	0.8627	0.9833	1.0000	0.9356
Vinhedo	0.9076	0.7898	0.9204	0.9968	0.9036	0.9493	0.7676	0.9837	1.0000	0.9251
Total*	0.9469	0.7993	0.9641	0.9950	0.9263	0.9711	0.8238	0.9901	0.9991	0.9460

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000. Elaboração própria.

◆ Municípios inexistentes em 1991. Na verdade, todos foram criados em 1993.

(*) Não há “missings”.

De modo geral, é sensível o incremento nas condições de moradia e especialmente acesso a serviços e infraestrutura básicos na região como um todo. Em todas as dimensões, há um progressivo aumento da proporção de domicílios irrigados pelos seus sistemas de abastecimento/coleta (fossem eles públicos ou privados) mais básicos.

Se, de acordo com um contexto mais geral, há melhora nas condições de infraestrutura domiciliar na RMC ao longo do período (de aproximadamente 2%), quais são os municípios que despontam nesse cenário? Seriam eles os mesmos cujas unidades domiciliares mais se incrementaram em termos absolutos no período (TABELA 5)?

Tabela 5 - Variação percentual do índice de infraestrutura do entorno domiciliar - Domicílios urbanos permanentes, Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000

Variação do Índice de Infraestrutura do Entorno Domiciliar		
Municípios	Variação do IED (% 1991-2000)	Variação de Novos Domicílios Construídos (% 1991-2000)
Americana	1.417%	31.3%
Artur Nogueira	-0.369%	142.9%
Campinas	1.595%	28.0%
Cosmópolis	8.239%	44.1%
Engenheiro Coelho♦	-	-
Holambra♦	-	-
Hortolândia♦	-	-
Indaiatuba	-0.458%	73.9%
Itatiba	4.594%	36.2%
Jaguariúna	0.545%	50.9%
Monte Mor	8.218%	66.3%
Nova Odessa	1.061%	46.0%
Paulínia	2.148%	70.8%
Pedreira	3.065%	38.5%
Santa Bárbara d'Oeste	0.859%	35.3%
Santo Antônio de Posse	8.773%	42.0%
Sumaré	8.400%	0.1%
Valinhos	3.134%	45.3%
Vinhedo	2.378%	54.4%
Total	2.129%	42.0%

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000. Elaboração própria.

♦ Municípios inexistentes em 1991, na verdade todos foram criados em 1993, cujos valores foram reagrupados as suas ex-sedes municipais.

(*) Não há "missings".

Como constatado na **Tabela 5**, há significativas melhoras nas condições de infraestrutura e acesso a serviços em municípios como Santo Antonio de Posse, Cosmópolis, Monte Mor, Sumaré (todos na casa dos 8%) e Itatiba (com aproximadamente 4,6%).

Na contramão desse processo de qualificação das infraestruturas urbanas estão os municípios de Artur Nogueira e Indaiatuba (com variação do *i IED* negativa), e outros tantos cuja variação foi praticamente estável.

É preciso, no entanto, ponderar o resultado de Sumaré. Seu *i IED* expressivamente positivo só foi alcançado a partir da emancipação de Hortolândia, ou seja, do desmembramento de seu grande bolsão de pobreza e passivo fundiário/habitacional. Tanto assim o é que Hortolândia apresenta o pior *i IED* de toda a RMC, 75,27% para ser mais preciso. Por sua vez, Sumaré apresenta uma melhora nas condições domiciliares de aproximadamente 18,5%. Parece, portanto, que a concentração de investimentos em infraestrutura sempre se deu prioritariamente em Sumaré, haja vista que a emancipação de Hortolândia “expurgou” parte de seus problemas desta municipalidade. Na verdade, foi esse um dos grandes motivos da melhora do seu *i IED*. Ou seja, seria imaturo pensar que este incremento vivenciado nas condições de moradia de Sumaré se deveu unicamente aos esforços do seu poder público municipal em disseminar estas oportunidades e serviços a um grande conjunto de domicílios sumareenses (**FIGURA 4 e FIGURA 5**).

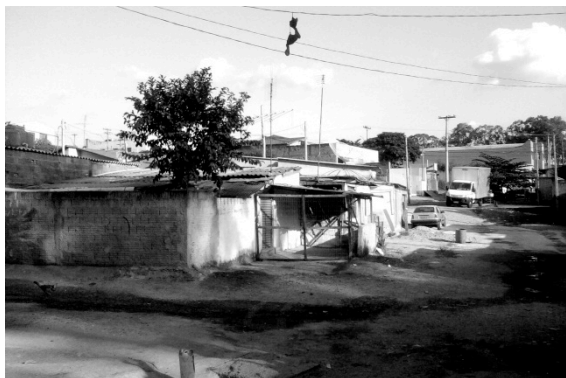


Figura 4 - Vista de uma rua retratando seu entorno imediato e infraestrutura. Vetor

Oeste. Região Metropolitana de Campinas, 2012. Fonte: arquivos pessoais.



Figura 5 - Vista de uma rua retratando seu entorno imediato e infraestrutura. Vetor Leste. Região Metropolitana de Campinas, 2012. Fonte: arquivos pessoais.

Mesmo os resultados de Monte Mor precisam ser relativizados. Pois mesmo a variação de seu *i IED* tendo sido positiva e expressiva, ela ainda beira os 85% em 2000, ou seja, muito aquém do restante da região (só superior ao *i IED* de Hortolândia e Santo Antonio de Posse para o mesmo período).

Situação distinta parece ser a de Indaiatuba. Pelo menos em teoria, todos os seus loteamentos são regularizados ao passo que é um dos municípios que mais incrementaram seu estoque habitacional (aproximadamente 74%). O que poderia explicar a queda do seu *i IED*?

No caso de Indaiatuba a queda sentida no seu índice se deveu a também queda na rede de abastecimento de água. Tal fato não quer necessariamente dizer que a queda no percentual de domicílios atendidos por rede de geral de abastecimento se deva a piores condições, mas talvez a um número crescente de outras formas de se alcançar esse serviço, por exemplo, por meio da perfuração de poços artesianos. Esses, por sua vez, são muito mais representativos de um determinado padrão de ocupação, leia-se condomínios (incluindo os de chácaras de recreio), do que de assentamentos precários devido ao seu alto custo de implementação.

Nesse sentido, Hortolândia continua sendo o destino de grande parte daqueles que não conseguem arcar com os custos de vida e de moradia na sede ou em outros municípios cujo solo e a moradia são mais valorizados. Há uma certa novidade no fato de Artur Nogueira compor o outro destino preferencialmente visado por este grupo populacional.

Desse modo, alguns municípios que muito expandiram seu montante de novas unidades domiciliares não o fizeram com qualidade.

O que é mais ou menos plausível auferir é que a discrepância ou descompasso entre o índice do entorno domiciliar e a variação de novos domicílios urbanos entre municípios possivelmente aponta para fenômenos e processos tipicamente urbanos, como processos de segregação residencial (para não dizer socioespacial) entre localidades.

4. POSSÍVEIS CORRELAÇÕES ENTRE MIGRAÇÃO INTRAMETROPOLITANA E O ÍNDICE DE INFRAESTRUTURA DO ENTORNO DOMICILIAR

Cunha et al. (2006) apontam e demonstram a intensificação dos movimentos intrametropolitanos em detrimento da relevância dos movimentos de longa distância de décadas anteriores. Ou seja, mais do que concentração populacional na tríade Campinas, Sumaré e Americana, o que vemos no momento é um processo de redistribuição da população no interior do território metropolitano a partir dessa mesma, onde a presença ou ausência de infraestruturas básicas, moradias a preços acessíveis, bem como o processo de valorização e especulação fundiária exercem importante papel, sendo os movimentos migratórios intrametropolitanos uma das suas externalidades mais apreensíveis (TABELA 6).

Tanto assim o é que de um total de 51.957 migrantes intrametropolitanos de acordo com o Censo Demográfico de 1991, passa-se para um total de 64.543 em 2000. É bem verdade que o aumento desse volume se deve à criação de três novos municípios dentro da década em questão (Engenheiro Coelho, Holambra e Hortolândia, como comentado

anteriormente), ou seja, a fluxos antes não apreendidos entre, por exemplo, Sumaré e Hortolândia, Holambra e Jaguariúna, ou ainda, Engenheiro Coelho e Artur Nogueira.

Tabela 6 - Saldo migratório segundo modalidades migratórias - Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000

Municípios	Saldo Migratório segundo Modalidades Migratórias											
	1991						2000					
	Conjunto dos Migrantes			Intrametropolitanos			Conjunto dos Migrantes			Intrametropolitanos		
	I♣	E♠	SM♥	I	E	SM	I	E	SM	I	E	SM
Americana	18957	17932	1025	2002	11364	-9362	19079	17277	1802	5588	7204	-1616
Artur Nogueira	6123	903	5220	1213	356	857	7131	1896	5235	2264	423	1841
Campinas	92127	69129	22998	5046	25032	-19986	90539	89413	1126	9226	27712	-18486
Cosmópolis	6588	1515	5073	1324	717	607	5710	2805	2905	740	1171	-431
Eng.Coelho ♦	-	-	-	-	-	-	2494	785	1709	303	330	-27
Holambra ♦	-	-	-	-	-	-	1150	1114	36	463	731	-268
Hortolândia ♦	-	-	-	-	-	-	30585	5908	24677	13416	3276	10140
Indaiatuba	20478	4014	16464	1141	746	395	24245	7045	17200	2345	1260	1085
Itatiba	7696	3036	4660	277	645	-368	9989	4490	5499	640	584	56
Jaguariúna	4354	1912	2442	1433	1207	226	4922	1831	3091	1060	850	210
Monte Mor	7815	1923	5892	2161	994	1167	5784	2346	3438	1782	1149	633
Nova Odessa	7746	2796	4950	2692	1824	868	6465	2732	3733	2727	1609	1118
Paulínia	6584	1909	4675	2086	1209	877	8276	3032	5244	2307	1413	894
Pedreira	2218	1215	1003	283	373	-90	3473	1553	1920	542	263	279
Sta. Bárb. d' Oeste	30624	3805	26819	8641	1068	7573	18044	10300	7744	4779	4718	61
Sto Ant.Posse	1954	1053	901	455	492	-37	1827	1040	787	421	474	-53
Sumaré	61266	6097	55169	20063	3031	17032	32124	13593	18531	10296	7165	3131
Valinhos	8819	3883	4936	2061	2094	-33	11671	4704	6967	4344	2354	1990
Vinhedo	5296	1842	3454	1079	805	274	7872	3539	4333	1300	1857	-557

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000. Elaboração própria.

♦ Municípios inexistentes em 1991, na verdade todos foram criados em 1993.

♣Valores absolutos de imigrantes.

♠Valores absolutos de emigrantes.

♥Saldo migratório (SM=I-E).

Não por acaso, os municípios com substantivos saldos migratórios intrametropolitanos também são aqueles cujos estoques de unidades domiciliares se incrementaram consideravelmente. Na verdade, nada mais óbvio, haja vista que a construção de novas unidades visa dar guarida e esse novo e expressivo contingente populacional. No entanto, há sempre um descompasso entre produção de moradias e crescimento populacional (vegetativo + migração), acarretando na imensa maioria das vezes em déficit habitacional e, logo, em processos de especulação.

Não é casual, portanto, que em um país tão desigual e em um recorte territorial que concentra boa parte da pobreza urbana, que o município que possui o mais notável saldo migratório positivo e intrametropolitano (10.140) em 2000 seja aquele que apresenta também as piores condições de acesso a infraestruturas urbanas básicas (0,7527): Hortolândia.

O exemplo da própria Campinas é emblemático nesse sentido. Mesmo seu índice de infraestrutura domiciliar tendo variado positivamente ao longo do período (+1,595%), ela é um dos municípios cujo este mesmo índice é um dos que mais podem ainda avançar (95,73%). Ou seja, mesmo sendo um município extremamente rico, Campinas ainda possui os seus grotões de pobreza, com os quais ainda não consegue lidar muito bem.

Se o índice pode vir a ser uma boa medida, ou no mínimo indício, de diferenças estruturais relativas à questão do entorno domiciliar e, quiçá, de processos como o de especulação fundiária, cabe discorrer minimamente sobre a composição do fluxo migratório, a fim de validar essa primeira pressuposição. Afinal, se os diferenciais entre municipalidades de fato existem, possivelmente seus mercados fundiários se voltam para específicos estratos ou grupos populacionais, donde a renda será determinante (TABELA 7).

Tabela 7 - Renda domiciliar *per capita* em salários mínimos segundo específicas municipalidades - Valinhos, Hortolândia, 2007

Valinhos				
Renda Domiciliar per Capita em Salários Mínimos				
Condição Migratória	até 1 SM	mais de 1 até 5 SM	mais de 5 SM	Total
Intrametropolitanos	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Exp.	15894	44164	3312	63370
Valores♥ N.	29	72	7	107
Hortolândia				
Condição Migratória	até 1 SM	mais de 1 até 5 SM	mais de 5 SM	Total
Intrametropolitanos	71,28%	27,30%	1,42%	100,00%
Exp.	68478	25359	621	94458
Valores♠ N.	206	76	1	283

Fonte: Projeto Vulnerabilidade, 2007. Elaboração própria.

♥Missing: 30 (em valores expandidos: 16055.76)

♠Missing: 195 (em valores expandidos: 62452.47)

Tomamos como exemplo dois municípios cujos saldos migratórios intrametropolitanos foram notadamente positivos: Valinhos e Hortolândia. Enquanto Hortolândia apresenta um *i IED* de aproximadamente 75%, Valinhos, também em 2000, apresenta um índice de aproximadamente 94% e cuja variação entre 1991 e 2000 foi de 3,13%. Quase uma década depois (em 2007) aproximadamente 71% dos migrantes intrametropolitanos de Hortolândia tinham renda domiciliar *per capita* média de até um salário mínimo, enquanto a totalidade dos migrantes intrametropolitanos de Valinhos enquadrava-se dentro na faixa entre 1 e 5 salários mínimos [de renda domiciliar *per capita*].

5. À GUIA DAS CONCLUSÕES

O presente estudo sempre esteve preocupado em se questionar sobre possíveis correlações entre maiores ou menores oportunidades de acesso a infraestruturas básicas, logo, a processos de valorização do mercado de terras/fundiário - moradias/habitacional com, por fim, também processos de redistribuição espacial da população da metrópole por meio de seus fluxos populacionais intrametropolitanos. Nesse sentido, a construção do Índice de Infraestrutura do Entorno Domiciliar parece ter sido uma ferramenta essencial na compreensão desses possíveis nexos.

Os dados reiteram achados de outros estudos, como por exemplo, a definição de “cordilheira da pobreza” e “da riqueza” (CUNHA et ali. 2006). No entanto, os dados aqui apresentados parecem demonstrar, ou no mínimo dão indícios, que a “cordilheira da pobreza” é um pouco mais alongada do que se pressupunha, abarcando parte da região Norte da RMC, aí sendo incorporando o município de Artur Nogueira. Ou seja, as novas frentes de expansão urbana continuam, como em décadas anteriores em outros vetores de expansão, crescendo de uma maneira “torta”, inadequada, muitas vezes insalubre e, principalmente, desigual.

É essa espécie de auréola em torno da sede que se inicia em Monte Mor (Sul) e culmina em Artur Nogueira (Norte) aquela cuja variação de novos domicílios urbanos permanentes é maior ao longo do decênio. É ela também que possui os maiores percentuais de loteamentos irregulares ou em vias de regularização, logo, seus índices são também os piores da RMC. Como dito, o crescimento, que abarca tanto o processo de expansão urbana, como de redistribuição populacional, destes municípios deixa muito a desejar, haja vista que ele não se deu com qualidade.

Interessantemente foi esse conjunto de municípios aquele que mais recebeu migrantes intrametropolitanos. Não queremos conduzir o leitor com isso a crer que foram os fluxos populacionais intrametropolitanos os responsáveis pela deterioração da qualidade de

infraestrutura desses municípios. Na verdade, longe disso, eles [municípios] historicamente foram aqueles que sempre apresentaram piores indicadores e índices. Nesse sentido, suas explicações escapam a essa simples causalidade, remontando processos histórico-estruturais, onde o processo de especulação e segregação urbana atuam fortemente.

Tal constatação apenas reitera o pressuposto inicial do presente estudo; o IED como instrumento de apreensão de diferenças histórico-estruturais entre áreas de origem e destino internas à região, donde o mercado de terras e habitação é um dos principais condicionantes dos movimentos migratórios intrametropolitanos, bem como de sua seletividade migratória.

REFERÊNCIAS

- BONDUKI, N. J.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- CAIADO, M. C. S.; PIRES, M. C. S. Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006. p. 275-304.
- CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- CUNHA, J. M. P. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. 1994. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)—Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.
- _____. (Org.) **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2006.
- CUNHA, J. M. P.; JAKOB, A. A. E.; YOUNG, A. F. Dinâmica demográfica intrametropolitana na Região Metropolitana da Baixada Santista, no período pós-1970. In: CUNHA, J. M. P. (Org.) **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2006.
- CUNHA, J. M. P et al. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2006.
- GOTTDIENER, M. A teoria da crise e a reestruturação socioespacial: o caso dos Estados Unidos. In: VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. (Org.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel, 1990.
- _____. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997. (Coleção Ponta, 5).

GRAZIANO, J. et al. O rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, p. 60-73, 1996.

_____. O Novo Rural Brasileiro. Nova Economia. **Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, maio 1997.

JAKOB, A. A. E. **Análise sócio-demográfica da Constituição do Espaço Urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000**. 2003. Tese (Doutorado em Demografia)—Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

JAKOB, A. A. E.; CUNHA, J. M. P.; YOUNG, A. F. Riqueza à beira-mar, pobreza longe da maresia: um retrato da segregação social na Região Metropolitana da Baixada Santista, nos anos 1990. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2006.

MARICATO, E. Planejamento urbano no Brasil; as idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O. B.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

NEGRI, B. Desconcentração da indústria paulista nos últimos vinte anos (1970-1990). In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 19., 1992, Campos do Jordão. **Anais...**, 1992.

RIGOTTI, J. I.; RODRIGUES, R. N. Distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1994.

SANTOS, A. P. R. **Praia Grande no contexto do processo de metropolização da Baixada Santista: mobilidade populacional e diversidade socioespacial**. 2008. 186f. Dissertação (Mestrado em Demografia)—Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

SILVA, R. B. **Vulnerabilidades e mobilidade pendular na Região Metropolitana da Baixada Santista**. 2009. 119f. Dissertação (Mestrado em Demografia)— Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.